



RESISTÊNCIA E LIBERDADE: AS RELAÇÕES DE PODER NO ESCRAVISMO DA FREGUESIA DE SANTO AMARO DO JABOATÃO (1850-1860).

Eduardo Ribeiro Xavier

Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco

Universidade Católica de Pernambuco.

E-mail: edribeiro1995@hotmail.com

RESUMO: A História é dinâmica. É errado pensar história, enquanto ciência, como repetição de dados e fatos, assim como pensar os sujeitos históricos de forma passiva, como se aceitassem a um destino imposto. Pessoas são complexas: amam, odeiam, têm amigos e inimigos e possuem capacidades de resistir, de tirar proveito de determinadas situações, de enxergar as frestas no sistema. Um escravizado não é uma coisa, é um sujeito histórico que negociava, que mantinha relações de poder, de estratégias, de busca pelos seus interesses diversos. Neste artigo, foram estudadas as relações sociais e escravistas na Freguesia de Santo Amaro de Jaboatão entre os anos de 1850 a 1860. Esse estudo realizou análises documentais como escrituras de débito, obrigações e hipotecas, dotes, vendas e estratégias para as obtenções de liberdade através de análises de cartas de alforria. Os objetivos do texto foram os de compreender a sociedade da Freguesia de Santo Amaro do Jaboatão na década de 50 do século XIX, analisar os papéis exercidos pelos escravizados nas tramas de negociação e poder, na busca e construção da tal “liberdade”; compreender quem eram estes sujeitos históricos, além de desempenhar a análise de outros documentos ligados ao escravismo jaboatonense já antes mencionados. O suporte teórico-metodológico se deu com a análise quantitativa e qualitativa de documentos primários, como os cartoriais do 1º ofício de notas de Jaboatão e notícias do Diário de Pernambuco, entre os anos de 1850 a 1863. A análise, interpretação e escrita teórica foram baseadas nas ideias de relações de poder e conflitos pensadas por pesquisadores como Marcus Carvalho, Valéria Costa, João José Reis, Eric Hobsbawm e E.P. Thompson com sua chamada “História vista de baixo”. Também foi utilizado o método de micro-história italiana desenvolvido por Carlo Ginzburg. Os resultados obtidos produziram o levantamentos de dados e categorias de escravizados no referido local e período e a compreensão das tramas desenvolvidas para o alcance ou busca da tal liberdade.

Palavras-chave: Cartas de alforria; escravizados; Jaboatão; liberdade.

INTRODUÇÃO

O município de Jaboatão dos Guararapes é localizado na Região Metropolitana do Recife, e apesar desta proximidade permanece à margem da historiografia pernambucana, geralmente sendo esquecido dos estudos e das produções acadêmicas. Salvo raras exceções como a Batalha dos Guararapes, os estudos sobre a região são poucos. Essa ausência de trabalhos se torna ainda mais visível quando se observa o século XIX, período que, em relação a Jaboatão, permanece em um silêncio documental e interpretativo profundo.

Alguns memorialistas e jornalistas escreveram alguns poucos materiais sobre Jaboatão, mas não como uma escrita histórica de caráter científico. Mesmo entre esses, o século XIX nessa região vive um esquecimento. O livro *Jaboatão dos meus avós* (1982) de Van-Hoeven Ferreira Veloso que não era historiador, trabalha em poucas páginas esse contexto. Outros manuais, como o *Jaboatão: Histórias, memórias e imagens* (1996) da Fundação Yapoatan, ou até o *História de Jaboatão dos Guararapes* (2010) de Jussara Rocha Kouryh, relatam um pouco sobre o início e o do mito de fundação no século XVI, traz uma certa narrativa do período holandês e em seguida tratam do século XX. Passam pelo XIX como se não tivesse existido.

Este artigo é a busca da construção de uma historiografia científica sobre o Jaboatão da segunda metade do século XIX. Nosso prisma de análise parte das interpretações e observações sobre a sociedade local, em especial os escravizados. As análises partem da observação das relações de poder e as estratégias de liberdade produzidas pelos cativos no cotidiano da Freguesia de Santo Amaro de Jaboatão. Os estudos históricos tradicionais tendem a priorizar as compreensões sobre as elites locais: latifundiários, o clero, a burguesia. Neste trabalho, subvertemos essa ordem: o foco recai sobre os sujeitos excluídos das narrativas oficiais, como bem observou Thompson em seus estudos e na construção do método que ficou conhecido posteriormente como “história vista de baixo”.

Munidos da metodologia da história social inglesa e da linha interpretativa que se propõe a compreender as relações de poder no escravismo brasileiro como Marcus Carvalho e João José Reis, foram analisados e interpretados formas de resistência, negociações, conflitos e sobrevivência dos escravizados no contexto da Freguesia de Santo Amaro de Jaboatão. Esses indivíduos não devem ser vistos numa perspectiva de coisificação, mas como agentes ativos, capazes de perceber as frestas do sistema e de criar estratégias de sobrevivência, que iriam desde a compra da liberdade até a fuga, o aquilombamento ou até mesmo a mudança de senhor. A liberdade não é um ponto de chegada, mas um processo de busca constante.

Para fortalecer as análises e complementando a história social inglesa, adota-se a metodologia da micro-história italiana pensada principalmente por Carlo Ginzburg. A micro-história enquanto metodologia permite a observação de situações em escala local, geralmente protagonizados por

sujeitos históricos do cotidiano que fazem parte de uma sociedade que se conecta a um contexto mais amplo. Como exemplo podemos citar a vida de escravizados e suas lutas para resistir, sobreviver e se libertar do escravismo na Freguesia de Santo Amaro do Jaboatão. Isso, conecta-se diretamente a situação econômica, social e política que estava o Império do Brasil em meados do século XIX. Ou seja, o micro dialoga com a perspectiva do macro.

Para leitura e análise das fontes jornalísticas, José D'Assunção Barros, em seu livro: o jornal como fonte histórica, oferece caminhos elucidativos de como proceder para a construção da narrativa histórica a partir de periódicos como o Diário de Pernambuco, por exemplo. Desta forma, sempre é importante compreender que esse tipo de documentação, como qualquer outra que foi produzida dentro de um determinado tempo histórico e de determinadas condições sociais possui discursos e visões de mundo.

A compreensão destes elementos e as perguntas levantadas sobre as notícias são fundamentais, uma vez que o meio de comunicação ao vincular uma notícia, tem objetivos claros dos quais deseja alcançar: a manutenção do status quo de determinados grupos e o reforço de determinadas estruturas sociais. Sendo assim, o filtro da análise é fundamental.

A década de 1850, foi escolhida como recorte desta pesquisa, por representar o início de um processo de modernização do Brasil no Século XIX. O segundo reinado estava se consolidando, o tráfico negreiro estava definitivamente proibido, já que a lei Eusébio de Queirós de 1850 veio para reforçar a de 1831. Chegavam as primeiras ferrovias. Havia uma linha tênue entre o modernizante representado por todas estas inovações e o antigo representado pelo sistema escravocrata que aos interesses capitalistas, estava deixando de ser tão relevante. Essa dicotomia entre o moderno e o antigo em meados do século XIX é bem comum de ser observado em jornais como o Diário de Pernambuco, por exemplo.

As fontes utilizadas para a construção deste trabalho são anúncios e notícias do Diário de Pernambuco, e documentações cartoriais que foram produzidas pelo Primeiro Ofício de Notas e mantidas pelo Instituto Histórico de Jaboatão. Esta documentação é dividida em vários livros, sendo o primeiro livro trabalhado neste artigo (1857-1860). O cartório produziu materiais mais antigos, mas que infelizmente não foram preservados.

As fontes analisadas e vistas a partir da ótica das metodologias utilizadas, nos permitem compreender várias faces do escravismo. Seja através das alforrias, documento que produzia a “liberdade” de um cativo, mas que na verdade funcionava como um reforço da ideologia do escravismo. Também existem os dotes, doações, vendas e obrigações e hipotecas.

O objetivo deste trabalho é reconhecer a complexidade das questões humanas e compreender que pessoas não agem de forma padronizada. Essa diversidade de atitudes de sujeitos que geralmente são marginalizados pelas narrativas tradicionais, seja por etnia, condição social ou localização

geográfica é a lacuna que este estudo buscou preencher. Para tal, é preciso compreender os escravizados da Freguesia de Santo Amaro de Jaboatão: quem eram? Possuíam famílias? Como estes escravizados e escravizadas desenvolviam estratégias de emancipação? Como negociavam e resistiam? Desta forma, movidos pelas perguntas e ambicionando as respostas realizamos este estudo do Brasil oitocentista.

1. JABOATÃO NO SÉCULO XIX: UM OLHAR SOBRE A SOCIEDADE

Durante meados do século XIX, a Freguesia de Santo Amaro do Jaboatão tinha sua própria dinâmica social e econômica. Grande parte de seu território era composta de engenhos produtores, no entanto ainda havia um pequeno núcleo urbano com aproximadamente 159 prédios, e 434 habitantes que possuíam comércios simples¹. Ainda ligada ao Recife administrativamente e judicialmente, pois também era integrante da mesma comarca, a Freguesia de Santo Amaro do Jaboatão produzia: açúcar, aguardente, madeiras, alguma produção de gado e gêneros alimentícios².

Nesse processo, o rio Jaboatão e o Duas Unas exerciam papéis importantes. Os rios, em boa parte dos seus trajetos eram navegáveis. A produção escoava pela via fluvial, ainda que em proporções bem menores que as do Recife, mas ainda assim com bastante relevância para os produtores. Tal cenário se manteve até pelo menos o início das operações da linha férrea Recife Jaboatão, por volta de 1858. Apesar de a navegação ser possível até a região de Ponte dos Carvalhos, o trem posteriormente mostra-se muito mais eficiente.

Os rios também serviam como espaço de lazer e sociabilidade para as pessoas que decidiam frequentar o pequeno centro urbano de Santo Amaro do Jaboatão. Havia transporte de ônibus vindo do Recife. No Diário de Pernambuco, existem diversas dessas propagandas de transporte, sendo em maioria anunciados por Cláudio Dubeux. Os “omnibus” eram carruagens puxadas por cavalos que vinham pelo menos uma vez por semana, mas que em festas religiosas realizavam o traslado mais vezes. Como exemplo dessas festas, podemos citar a festa do padroeiro Santo Amaro.

¹ Os dados descritos são da população do pequeno núcleo urbano da Freguesia de Santo Amaro do Jaboatão. Seguindo a mesma fonte dos dados censitários (O jornal Diário de Pernambuco e sua compilação no livro: O Diário de Pernambuco e a história social do Nordeste vol. 2, de José Antônio Gonsalves de Mello), a população geral girava em torno de 9.141 almas. Destas 5.866 pessoas eram livres sendo 2.340 homens brancos, 3.129 pardos e 397 pretos. Van-Hoeven Ferreira Veloso, memorialista já falecido do Instituto Histórico de Jaboatão em seu livro Jaboatão dos meus avós 2ª ed. 1982 realizou o trabalho de somar os dados publicados pelo Diário de Pernambuco e chegar aos números finais estatísticos.

² As informações dos cinco primeiros parágrafos foram trabalhadas a partir de levantamento de fontes e notícias do Diário de Pernambuco em dias diversos de janeiro de 1850 até 1863. Foi realizada uma pesquisa observando tudo aquilo que o Diário de Pernambuco noticiava sobre Jaboatão nestes anos. A partir desse levantamento e análise de dados, as informações foram trabalhadas metodologicamente usando a técnica de José D' Assunção Barros registrada no livro: O jornal como fonte histórica.

Os anúncios também se estendiam ao hotel que ficava nas imediações do Engenho Velho, que em sua propaganda exploravam os banhos de Jaboatão. Em muitas situações, os anúncios do transporte estavam vinculados aos do hotel, ou quando não, muito próximos. “Os banhos de Jaboatão” eram muito valorizados. As águas tinham muita qualidade, os rios eram limpos e havia muitos peixes. Desta maneira, também o hotel utilizava dos rios com o objetivo de angariar clientes para que estes viessem a conhecer a localidade.

De igual forma, não era incomum o anúncio de aluguéis de casa para curta temporada, principalmente nas épocas próximas a festa do padroeiro. Muitos anunciantes realizavam propagandas de imóveis para alugar, e como atrativo, também valorizavam o rio que passava aos fundos de suas propriedades.

No que diz respeito à fé, na chamada rua de cima, ou rua da matriz, no centro da povoação, existiam três igrejas. A paróquia de Santo Amaro, maior de todas. Era a igreja do padroeiro e que dava nome a freguesia. Era destinada à elite branca: latifundiários, que sentavam-se a frente nas missas. Os comerciantes e pessoas brancas com algum recurso, sentavam-se ao meio. Os brancos pobres sentavam-se ao fundo da paróquia.

A igreja do Livramento era o segundo templo desta rua e é localizada um pouco abaixo na rua da matriz. A igreja do Livramento era destinada aos homens e mulheres pardos e mestiços livres. A terceira igreja é a de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Essa última era destinada aos homens e mulheres de cor que eram escravizados ou forros que estavam residentes no pequeno núcleo urbano existente. Há relatos que na igreja dos homens pretos, além do tradicional culto cristão, havia também sincretismos religiosos com as práticas de celebrações de religiões tradicionais africanas. Infelizmente, essa última igreja foi demolida em meados do século XX. A única das três a ter tal desfecho. Ficava localizada onde hoje é a praça Padre Chromácio Leão.

Segundo o livro *O Diário de Pernambuco e a História Social do Nordeste* volume 2, de José Antônio Gonsalves de Mello, que faz um copilado de informações e censos que foram produzidos e depois publicados no jornal homônimo entre 12 de agosto de 1857 até 4 de janeiro de 1858. Havia na freguesia de Santo Amaro do Jaboatão 46 engenhos de açúcar, sendo destes 25 movidos de forma hidráulica, 19 por tração animal e 2 por vapor. Aproximadamente 3.275 escravizados, sendo 1.500 de serviço, 777 de não serviço e 998 lavradores³ (MELLO, 1975, p. 609).

Marcus Carvalho em seu livro *Liberdade: Rotinas e rupturas do escravismo do Recife* (2022, p.45), afirma que as contagens por censo nesse período não são precisas, e servem apenas como uma ideia geral das estimativas populacionais. Devido a lei de 1831 e principalmente a de 1850, que

³ Seguindo as estimativas censitárias, dos 3.275 escravizados que haviam em Jaboatão por volta da década de 50 do século XX, 1.500 eram de serviço, ou seja, uma escravaria urbana. Escravos de ganho, domésticos, amas de leite e etc. 777 de não serviço, ou seja, escravizados idosos, doentes, mutilados ou em processo de venda e transferência. Havia também 988 lavradores, ou seja, os escravizados das zonas rurais.

proibiam o tráfico de escravizados, provavelmente existe um subdimensionamento da quantidade de cativos, uma vez que os proprietários não gostariam de expor africanos que provavelmente entraram de forma ilegal no país, e por consequência em Jaboatão. É de amplo conhecimento historiográfico que pessoas nessa condição por vezes, conseguiam suas liberdades inclusive pela via jurídica. Valéria Costa, em seu livro *Ôminira: Mulheres e homens libertos da Costa d'África no Recife (1846 – 1890)* também destaca que havia outros fatores que contribuíam para o subdimensionamento das contagens. Famílias que não queriam passar os números reais de integrantes, pois não queriam ceder pessoas para a Guarda Nacional, padres que não passavam os números exatos para que suas paróquias não fossem subdivididas (2021, p. 46).

Semelhantemente, Marcus Carvalho nos instrui que as dimensões das freguesias são um dado extremamente volátil, que se adequa às circunstâncias políticas, nas disputas e relações de poder entre os liberais e conservadores. As freguesias mudavam de tamanho constantemente para atender aos interesses eleitoreiros. A depender das dimensões, uma região elegia mais ou menos políticos. Desta maneira, os limites não eram bem definidos e a situação política com seus interesses eram os condicionantes para o aumento ou diminuição do território.

Desta maneira, é importante destacar que de forma geral, Santo Amaro do Jaboatão na metade do século XIX tem dimensões muito diferentes de Jaboatão dos Guararapes do século XXI. Por volta de 1850, Cavaleiro estava ligada administrativamente a freguesia do Afogados. Muribeca e toda região vizinha eram uma Freguesia própria. Portanto, Santo Amaro do Jaboatão compreendia de forma geral o que hoje convencionamos a chamar de Jaboatão Velho (Centro), Engenho Velho, Socorro, Moreno e engenhos adjacentes. É importante salientar que nessa época, Moreno ainda não era um município, e emancipa-se apenas em 1928. Sendo assim, neste artigo vamos trabalhar os engenhos de Moreno como Jaboatão porque o eram no século XIX.

Na década de 50 do século XIX, o cartório de Jaboatão era administrado pelo tabelião Francisco Martins Ferreira dos Santos. Nos livros do 1º ofício de notas, há registros diversos. Compra e venda de terrenos, compra e venda de casas de taipa, assim como também de pedra e cal. Aforamentos perpétuos, vendas e transpasses de engenhos diversos, hipotecas que envolviam desde propriedades como construções, até a propriedade humana, ou seja, o escravizado. Há também os dotes e doações e as cartas de alforria. Serão nossos objetos de análise estes últimos que envolvem os cativos.

Eduardo Paiva, no *Dicionário de escravidão e liberdade: 50 textos críticos*, que foi organizado por Lília Moritz Schwartz e Flavio Gomes, discute o conceito e a aplicabilidade das alforrias. Em sua análise, somos informados que: “alforria é uma expressão de origem árabe que equivale a libertar”, Portanto quem recebe a alforria, se torna um forro, uma pessoa teoricamente livre (PAIVA, 2018, p. 92). Kalina Vanderlei e Maciel Carneiro em seu dicionário de conceitos históricos defendem

que a ideia de liberdade está intrinsecamente ligada ao conceito de escravidão e que a “ideia de liberdade, além de apresentar uma face inegavelmente abstrata e filosófica, pode ser pensada também ligada a situações concretas da vida” (SILVA; SILVA, 2015, p. 262-263). Ou seja, o documento oficial das alforrias, não garantia a liberdade de fato do cativo, mas, uma ideia de liberdade.

A escravidão como instituição foi uma construção violenta da desumanização das pessoas que a ela estavam submetidas. Nesse cenário de grande febre e convulsão social, é uma constatação errônea imaginar os escravizados “coisificados” tal como a instituição da escravidão e a elite branca gostaria que eles fossem. Eles eram agentes sociais ativos, influentes e racionais. Eram seres humanos, ainda que o sistema quisesse os desumanizar. Desta forma, as negociações e conflitos como explicara João José Reis e Eduardo Silva eram constantes. A alforria enquanto documento e possibilidade é tão antiga quanto a própria escravidão. No entanto, Marcus Carvalho (2022, p. 177) nos informa que:

Alforria tinha uma função ideológica no sistema escravista, servindo para justificá-lo sob o ponto de vista moral. A possibilidade dela vir e acontecer era o esteio da ideia de que havia meios para o escravizado trabalhador e leal libertar-se. Visto desta perspectiva, portanto, o escravismo apresentava-se como um sistema aberto, no qual o escravizado poderia ascender socialmente com relativa facilidade. Era essa a mensagem repassada pela ideologia da alforria, que foi internalizada por muita gente. Pode-se dizer, portanto, que cada vez que alguém era alforriado, a hegemonia do escravismo era reforçada.

É importante retomar a discussão da liberdade como um conceito filosófico e abstrato. A liberdade não é um dado concreto, como andar, dormir, nascer ou morrer. A alforria não transformava uma pessoa que desde o ventre era estigmatizada, excluída da cidadania, e aos olhos dos brancos uma coisa ou animal automaticamente em ser humano, cidadão e com amplo uso de direitos e igualdade social. É ilusório pensar assim. A alforria transformava o cativo em uma pessoa não escrava, o que é diferente de ser cidadão. Por vários motivos ocorriam isso. Primeiro que até a lei de 1871, a alforria poderia ser revogada a qualquer momento, dependendo apenas da vontade do senhor. Esta situação gerava uma dependência social e de lealdade, criando laços de servidão que se estendiam até após a da tal sonhada liberdade. Segundo, que as alforrias custavam caro. É bem verdade que havia vários tipos diferentes de manumissões, como por exemplo as condicionais, as doações, as gratuitas, as plenas, mas as mais comuns eram aquelas que eram conquistadas com o pagamento realizado pelo escravizado, ou por alguém que assim o fizesse. Em terceiro lugar, ser livre é poder viver da maneira que se quer. O forro poderia ter propriedades, casar, mas haviam amarras sociais que o limitavam, como já antes dito. Sidney Chalhoub, em seu livro *Visões da Liberdade*, traz a constatação dessa afirmativa da seguinte maneira:

A representação senhorial dominante sobre a alforria no século XIX, pelo menos até seu terceiro quartel, era a de que o escravo, sendo dependente moral e materialmente do senhor, não podia ver essa relação bruscamente rompida quando alcançava a liberdade. É nesse contexto que se destaca a importância

simbólica da possibilidade prevista em lei de revogação da alforria por ingratidão. A possibilidade da revogação entre senhores e escravos como caracterizada por paternalismo, dependência e subordinação, traços que não se esgotariam com a ocorrência da alforria. (CHALHOUB, 2011, p.169).

Valéria Costa (2021, p. 26), aprofundando a discussão sobre liberdades, explicita que por mais que o mecanismo das manumissões existissem e reforçassem de certa forma a ideologia e a estrutura escravista, uma vez que submetia os cativos a esperança do fim do cativeiro e a aderirem ao comportamento esperado e desejado pelo senhorio, até mesmo depois do recebimento da tão aguardada alforria. Mas havia também outras maneiras de buscar a emancipação. Havia muita resistência. Fuga e aquilombamento eram opções inclusive muito documentadas em periódicos como o Diário de Pernambuco, por exemplo.

No entanto, por mais que a fuga fosse uma opção, é um erro acreditar que todos os escravizados fugiriam. Os riscos eram altos. Muitos entravam em negociações para adquirir sua liberdade de forma legal, se submetendo, anulando-se. Outros através de acordos, comprando-se. Não há dado único, a complexidade humana e sua diversidade de medos, sonhos e esperanças faziam as pessoas agirem de forma diferente. Outros eram mais corajosos e saíam. Iam ao interior, se ofereciam a outras pessoas para serem comprados, saíam para o núcleo urbano e se passavam como forros, mudavam de nomes e usavam sapatos. Ou até mesmo escolhiam um outro proprietário que julgavam melhor para si e ficavam com ele mesmo na ilegalidade e sendo crime tal ato. Porém, isso não era incomum.

Eduardo Paiva (2018), Marcus Carvalho (2022), Valéria Costa (2021) e Sidney Chalhoub (2011) concordam que as alforrias femininas eram mais comuns que as masculinas. Mas isso não era coincidência ou aleatoriedade. Carvalho aprofunda essa análise e chega à conclusão que tal ocorrência era motivada pelo fato de que na cultura patriarcal brasileira do século XIX, a mulher era preparada socialmente para ser subserviente, desta forma era interpretada como um risco menor para a manutenção do sistema do que um homem livre poderia ser. Sendo assim, sua obediência e submissão teoricamente seriam mais fáceis de manter que a de um liberto masculino. Além disso, geralmente as mulheres serviam mais no interior das casas que os homens, o que as colocariam mais comumente na presença dos senhores, o que lhe conferia a possibilidade maior de criar vínculos e negociar. Também não podemos esquecer das violências sexuais que ocorriam. Mulheres eram assediadas, estupradas. Depois poderiam ou não serem libertas junto com seus filhos.

Carvalho, aprofunda a discussão e em suas análises chega à conclusão que no escravismo do Recife, os pardos tinham uma probabilidade maior de se tornarem livres em comparativo com os crioulos. No entanto, estes ainda tinham muito mais chances de conseguirem a liberdade que os africanos. Entre as mulheres, os pardos e os crioulos, inclusive tinham mais chances de se alforriarem na infância e em sua juventude que os africanos.

2. AS FACES DO ESCRAVISMO DE JABOATÃO NOS DOCUMENTOS CARTORIAIS: ALFORRIAS, VENDA, DOTES E HIPOTECAS

No primeiro ofício de notas de Jaboatão, o cartório da freguesia, quando observamos as manumissões ali feitas conseguimos observar as repetições dos padrões acima descritos. O primeiro livro do registro do cartório que sobreviveu ao tempo inicia seus registros em meados de 1857 e vai até o ano de 1860. Neste artigo, é o livro de nossa análise. Sabemos que o cartório operava e funcionava antes disso, mas que infelizmente esse registro não foi preservado.

A maioria das liberdades conseguidas foram de pessoas mestiças (mulatos, pardos, crioulos e cabras). Apenas foram registrados três casos com pessoas pretas, sendo um africano de Angola, que em sua liberdade é descrito como um dos gentis, ou seja, não era cristão. Em sua alforria, consta que João conseguiu juntar 900 mil réis e comprar uma banda de si. Seres humanos não podem ser fracionados. Através desse registro revela-se a dinâmica do sistema escravista e como as liberdades por alforria criavam expectativas legais quase inatingíveis de serem alcançadas como antes já foi exposto.

Caso semelhante ocorre com Felicidade, crioula que teve uma banda doada. As doações ou alforrias de bandas em teoria fariam com que o escravizado que possuía desta forma dois proprietários, trabalhasse uma semana para cada dono respectivamente. No caso da compra de uma banda de si, gerando assim sua manumissão, trabalhavam uma semana para o senhorio e uma semana para si, arcando com todos os ônus da semana cativa anterior, e com a possibilidade de revogação legal da liberdade em caso de rebeldia do “semicativo” em questão.

No recorte do primeiro livro do cartório (1857 – 1860), há documentos de cunho e objetivos diversos. No que diz respeito a citação de pessoas escravizadas, foram realizados 37 registros no referido período. Esses registros envolvem doações, hipotecas, dotes e as alforrias. Destes 37 registros, 22 envolviam crioulos (59,5%), 8 mulatos (21,6%), 3 negros (8,1%), 1 pardo (2,7%), 1 cabra (2,7%) e 1 não listado (2,7%). Sendo 17 homens (46%) e 20 mulheres (54%).

Na totalidade de documentos que envolvem escravizados neste livro cartorial (37), apenas 14 registros (37,8%) são de alforrias. Destas, contabilizamos 6 condicionais. 7 registros são de doação e dotes (18,91%) e 15 registros de débito, obrigação e hipoteca (40,5%). Houve também uma venda (2,7%).

As alforrias dos escravizados que estão nos livros do século XIX, de notas e escrituras dos tabeliães da freguesia de Santo Amaro de Jaboatão, tem um estilo de escrita que geralmente são iniciadas com as palavras “*Em nome de Deus amém*” ou como também “*Dizemos nós (nome do proprietário do escravo) abaixo tão somente assinados, que somos senhores e possuidores em mansa e pacífica posse de um escravo de nome...*”. Todavia, para nós é interessante matizar a

perspectiva no qual essas cartas foram escritas. Por que, por exemplo, era supervalorizado e realçado o conceito de mansa e pacífica posse? Como todos previamente já sabemos, a alforria é um documento escrito sob a perspectiva do senhor, e que como tal desejava passar uma imagem de homem íntegro, benevolente e piedoso, o que sabemos que na realidade não funcionava dessa forma. Para dinamizar a leitura e a tornar mais didática, os documentos e suas análises aqui serão agrupados por tema e não ordem de apresentação. Vamos observar o registro destes documentos agora.

2.1 Doação e dotes

Os primeiros documentos do grupo analisados são os de doações. A primeira em específico foi realizada por João Affonso Guimarães a Joaquina Maria do Amparo na data de 23/06/1857, ambos eram residentes do Engenho Caraúna. Nesta ocasião foi doado Luiz, crioulo de idade vinte e sete anos e da banda da escrava Felicidade, também “crioula” de idade 26 anos. Luiz valia um conto de réis e a banda da escrava Felicidade, quatrocentos mil réis. O motivo da doação no documento é pelos bons serviços que a doada lhe tem prestado, visto que o doador é solteiro e não tem herdeiros forçados tanto descendentes quanto ascendentes. O documento continua a afirmar que os familiares da Joaquina Maria do Amparo não poderiam utilizar dos serviços dos escravos dados, se a doada falecer primeiro, a doação voltaria para João Affonso Guimarães.

Dona Izabel Fausta Pereira de Mesquita, viúva do tenente coronel Izidro Francisco de Paula Mesquita e Silva realizou a seu filho, Gerônimo Francisco de Paula uma doação que envolvia os escravos Raphael, crioulo da idade de 25 anos, avaliado em novecentos mil réis e Benedito da mesma idade, também crioulo avaliado em oitocentos mil réis. Ambos avaliados no valor de um conto e setecentos mil réis. A data da doação foi no dia 10/06/1857.

Semelhantemente, dona Francisca Maria dos Prazeres faz uma doação de dotes a seu filho Francisco Antônio Bezerra Cavalcanti Moraes, moradores do Engenho Catende, na data de 28/07/1857. Nesta ocasião é doada a escrava Lucina, “crioula” da idade de dez anos, no valor de quinhentos mil réis.

José Joaquim da Costa Figueiroa também realizou a doação de uma escrava de nome Emília, crioula da idade de oito anos a Marianna Joaquina dos Prazeres em 28/06/1858. Ambos são moradores do Engenho São José. No documento em questão é descrito que a escrava vale oitocentos mil réis e pelo motivo da amizade que havia entre as partes, houve a doação. Por isso desde já poderá a doada apossar-se e possuir a escrava Emília para sempre com a condição de que será dividida de sua terça a quantia de oitocentos mil réis valor da presente doação. Também, se a doada falecer, essa doação será revertida para o doador e seus herdeiros, isto no caso da doada não deixar filho, pois se os tiver,

a eles pertencerão essa ação. Na última linha, depois das assinaturas, o doador tornou nula a doação. O próximo documento é uma retificação da doação anterior, portanto, envolve os mesmos personagens no dia 28/06/1858 e tem o valor de 800 mil réis.

O próximo documento é um papel de dote que fizeram João José de Lucena e sua mulher Maria José da Conceição da escrava de nome Luisa a sua filha Francelina Maria da Conceição casada com Marcolino José D' Almeida. Luisa da idade de quatro anos, filha natural da escrava Archanja. Luisa foi dada em dote, cujo valor era de 350 mil réis com a condição da dotada por morte de algum dos pais, entrar na colação com metade da quantia acima declarada afim de não causar domínio aos que sobrevier. Por não poder escrever, pediram ajuda a outro filho, de nome Vicente Ferreira de Lucena para assinar. A data do registro foi em 27/11/1858.

João Figueira de Araújo Lira fez uma escritura de doação com dotes a sua filha Maria da Cunha Cavalcante que era casada com Francisco Antônio Cavalcante. A doação foi feita no dia 27/12/1859. As pessoas eram moradoras do engenho Catende, e doaram a quantia de dois contos e trezentos mil réis, sendo em dinheiro a quantia de um conto e quinhentos mil réis, e a escrava de nome Manoela, crioula de dezesseis anos no valor de oitocentos mil réis, completando a quantia de um conto e trezentos mil réis.

2.2 Alforrias

Ignácio, descrito em sua manumissão como mulatinho tinha a idade de treze meses, quando o registro de sua liberdade foi realizado no cartório. Era morador do Engenho Caraúna. Ignácio é filho da escrava Felicidade, que teve uma banda doada pelo seu senhor João Affonso Guimarães. Ignácio foi liberto sob a condição de servir enquanto o seu senhor existir. O documento foi feito em 13 de junho de 1857.

A mulata Maria era moradora do Engenho Caraúna, tinha quatro anos e é filha da escrava Luiza. Sua alforria foi com condição de servir enquanto o seu dono estiver vivo, depois de sua morte, estará livre. A data da alforria foi em dois de junho de 1857. O seu proprietário também era o João Affonso de Guimarães.

Uma outra carta de alforria foi a da crioulinha BemVinda. BemVinda, moradora da Freguesia de Santo Amaro do Jaboaão, provavelmente do núcleo urbano, no dia 27/07 de 1857, teve lavrada a sua manumissão no cartório. Na ocasião tinha a idade de quatro anos, e era filha natural da escrava Dulfina. O documento descreve que o motivo da liberdade era pela amizade que Luguinho Moraes, seu proprietário tinha com a sua mãe, a escrava Dufina. Que tipo de amizade seria essa? BemVinda foi alforriada sob condições de servir até a morte do senhorio. No documento a menina é descrita como valendo 500 mil réis.

Um outro registro relevante, como previamente discutido, foi um caso que expõe e expressa a dinâmica da escravidão enquanto instituição. A situação de Felicidade, aproxima-se a de João, um homem negro de 30 anos morador do Engenho Cananduba, identificado em sua alforria como “um dos gentis de Angola”. Juntou dinheiro e conseguiu comprar uma banda de si por 900 mil réis a seus donos, José Ignácio de Souza e sua mulher Escolástica Maria dos Santos.

O documento ainda descreve que a outra banda fica cativa até que ele possa adquirir a quantia e a entregar a qualquer um do casal. O João deve levantar o dinheiro, pagar e depois fazer um novo documento “papel passado” por José Ignácio de Souza ou por Escolástica Maria dos Santos, ou ainda por um dos herdeiros. O documento é datado de 08/01/1858. É interessante compreender as dinâmicas do processo escravista que coisificava as pessoas. Beatriz Brusantin no livro *História da escravidão em Pernambuco*, organizado pelos historiadores Flávio Cabral e Robson Henrique afirma: “Não devemos compreender os processos de alforrias nem como conquista e nem como concessão, e sim, buscar investigar de forma dialética os processos sociais compreendendo conflitos e as conjunturas sociais, econômicas e políticas específicas” (BRUSANTIN, 2012, p.293).

O próximo envolvido é o mulato Marianno. Marianno foi comprado por José Joaquim da Costa Figueiroa, em tenra idade por cem mil réis ao falecido seu pai. A venda se deu com a condição de o forrar, por um motivo significativo expresso explicitamente em documento: “por reconhecer que é meu filho, que pela fragilidade humana, o tive da mulata de nome Izabel, já falecida, escrava que foi do dito meu pai e como tal, o tenho tido e mantido e lhe dei o ofício de “caipina⁴”. Ou seja, houve uma relação sexual entre Izabel e José Joaquim: até que ponto houve consenso nessa relação? A alforria foi produzida como de validade automática, e a partir da expedição, ele goza de sua liberdade, como se “livre tivesse nascido”. Eram moradores do engenho Santa Anna, e o registro é do dia 09/06/1858.

Claudina, mulata que tinha a idade 22 anos, e era filha natural da escrava Anna Basília, que já era falecida. Ana Basília tinha sido escrava de Francisco de Paula Buarque, o mesmo que agora alforriava sua filha, Claudina. O motivo da liberdade no documento é por ter atendido aos bons serviços que prestou. No entanto, havia uma condição na alforria: Servir enquanto viver, e com a morte do seu senhor ficará livre. Ele ainda cita que o documento foi passado no mês de fevereiro de 1856 a quanto do mês e a quantos dias não se lembra de ter assinado. Eram moradores do engenho Socorro e essa retificação foi em 20/08/1858.

A Preta Catharina, é como antes já mencionado, uma das poucas pretas a serem alforriadas neste livro. O documento de sua liberdade diz que Joaquim de Sant’Anna Vieira de Lacerda que era seu senhor, era morador do engenho Carnijó. No referido documento, Joaquim Lacerda afirma que é senhor e possuidor da escrava de nome Catharina, D’Angolla da idade de quarenta anos que a houve

⁴ Expressão popular do século XIX para trabalhadores do campo. Provável variante de caipira ou campina.

por herança da mãe Archanja de Barros Vieira de Lacerda. A alforria é para que de hoje em diante goze de sua liberdade como se livre tivesse nascido. O documento foi feito no dia 03/12/1858.

Dorothea era uma crioula da idade de 28 anos e filha de Joaquina Maria da Conceição. Sua liberdade no documento é descrita como “de hoje para sempre”, pois João Antônio da Costa, seu senhor recebeu desta o valor de um conto de réis. Ou seja, ela conseguiu comprar sua liberdade na íntegra. Eram moradores do engenho Sam Jozé (São José) e o documento foi feito no dia 10/02/1859.

Luiz, crioulo, pagou a quantia de um conto e duzentos mil réis em dinheiro vivo por sua liberdade. Ainda custeou a documentação e custos por cento e sessenta réis, e assim obteve sua liberdade no dia seis de abril de mil oitocentos e cinquenta e nove. O documento ainda destaca que Luiz prestou bons serviços, e que por isso poderá gozar de sua liberdade de ora em diante, com se de ventre livre nascido. Por não saber ler nem escrever, foi pedido ao senhor Antônio Rodrigues Santos, que fez e organizou para as testemunhas assinarem. Eram moradores do engenho Santa Roza três de abril de mil oitocentos e cinquenta e nove. O arrogo de João de Souza Santiago. Freguesia de Santo Amaro do Jaboatão comarca do Recife.

Logo após, temos a Carta de alforria da cabrinha Maria Magdalena. Que pertencia a João Rodrigues de Souza, e Maria Joaquina de Jezus. No documento consta que eram senhores e possuidores de uma cabrinha de nome Maria Magdalena, de idade doze meses, pouco mais ou menos filha natural da escrava que foi do mesmo nome.

O relato segue afirmando que como foi desejado beneficiar a dita cabrinha, Manuel Joaquim de Jezus, libertou a banda que nela tinha a quantia de cinquenta mil réis. Nesta ocasião o dito João Rodrigues de Souza recebeu a dita quantia de dinheiro corrente, então João Rodrigues de Souza, forrou também a parte ou banda que tinha na referida cabrinha.

O registro continua com a afirmativa que tal circunstância foi por “esmola em consequência de ter ela nascido em meu poder e de estar criando com todo zelo”. Sendo assim, o mesmo coloca uma condição de que “enquanto eu for vivo, conservar se a ela em meu poder, ficando me o direito de ir busca-la onde ela estiver no caso de abusar da minha companhia”. Em seguida declara que a dita cabrinha agora vive como se livre tivesse nascido. Em seguida, a afirmativa que diz que por não poder escrever, pediram e rogaram ao senhor Francisco Martins Ferreira dos Santos, que procedesse com os trâmites e assinaram em seguida, conjuntamente as testemunhas presentes. Isso ocorreu no dia 16/06/1859.

Maria, uma pardinha possuía uma idade de sete anos, e era filha natural da escrava Jozefa. Sua alforria foi por razão de Jozé Barboza da Silva a ter criado, e mesmo sem remuneração, elogiava os bons serviços que ela o prestou. Por conta disto, Jozé Barboza da Silva, decidiu a libertar para que a mesma pudesse gozar de sua liberdade. Por não saber escrever, rogou a Domingos e Souza Leão Rego

Barros, para que este por ele passasse e assinasse. Era morador do engenho Gurjaú de cima e o documento foi feito em 18/05/1859.

A próxima alforria é do crioulinho Jozé. Jozé era um crioulo da idade de dois meses, filho legítimo dos escravos João e Catharina, e foi forro pela quantia de quarenta mil réis, cuja quantia foi paga quando se fez o inventário do falecido marido da senhora Ana Thereza de Lira, o senhor Manoel Ignácio de Lira. Esta carta serve para que Jozé possa gozar de sua liberdade como se livre tivesse nascido. E por não poder escrever, Ana Thereza pediu ao senhor Antônio Pereira Barros de Moraes, para que resolvesse os trâmites. Estas pessoas eram residentes do engenho novo, e o documento foi lavrado no dia 15/03/1847.

A última alforria deste livro, é a do mulato Francisco. Este tinha idade de 40 anos. Foi liberto sob a condição de ficar em companhia do proprietário, o Manoel de Souza Leão do engenho Novo da Conceição. Os Souza Leão eram grandes latifundiários e escravocratas da freguesia de Santo Amaro do Jaboatão, em terras que hoje correspondem ao município de Moreno. Este documento recebe a datação de 01/08/1859.

2.3 Escrituras de débito, obrigação e hipoteca

Outra categoria de documento registrado nos livros cartoriais, envolvendo escravizados são as escritura de débito, obrigação, e hipoteca. A primeira que será analisada é a que faz Thomaz Antônio de Paula Buarque (morado do engenho Socorro), do seu escravo Lívio a Francisco Cazado da Fonseca (morador do engenho Cavaleiro, freguesia do Afogados), em 21/05/1858. Lívio era mulato, tinha 14 anos. A condição é que no dia do pagamento da “letra” a não efetuação do pagamento, fará com que o escravo fique automaticamente vendido a ele. O valor era de um conto de réis, do qual se descontará o débito e o credor vai devolver o troco de 528 reis. Ou seja, Lívio foi avaliado em 528 mil réis.

Desta vez quem a faz o referido trâmite é José Joaquim das Chagas dos seus escravos abaixo declarados a João Baptista Raimundo dos Santos, no dia 08/06/1858. O devedor José Joaquim das chagas é morador do Engenho Cananduba, em Santo Amaro do Jaboatão, e o credor João Baptista Raimundo dos Santos, era morador do Recife.

A dívida foi de 10 contos de réis, por isso foram hipotecados os escravos: Francisco da Costa de idade 45 anos. Lucracia, crioula de idade quarenta anos, mulher do dito. Honorato, crioulo de 22 anos. Hernesto, crioulo, de 20 anos. Francisco, crioulo da idade de dezesseis anos. Malta, crioula de 18 anos. Saturnino, crioulo de 35 anos. Thiago, crioulo da idade de 18 anos. Florencia, crioula da idade de 40 anos. Ambrosia, crioula da idade de 35 anos. A escritura ainda conta com as condições seguintes:

Durará esta hipoteca o tempo que convier a ambas as partes. Isto é quando ele, devedor quizer pagar a seu credor. No tempo que a hipoteca durar, não poderá o devedor vender seus escravos nem negócio algum. Se o fizer, terá que pagar a quantia de 12 contos de reis como a importância do juros vencidos⁵.

No documento seguinte, observa-se, uma escritura de débito, obrigação e hipoteca que fez Manuel José de Sousa de seus escravos: Luisa, Francisco, e Josefa ao Major Antônio do Santos de Sousa Leão, no dia 16/08/1858. Ambos eram moradores da mesma freguesia, no entanto o primeiro era morador do engenho Javunda, e o segundo no engenho Sapucaia. O primeiro era devedor da quantia de dois contos e quatrocentos e trinta e nove mil e seiscentos e dezesseis reis. Para isso, se hipotecou seus escravos, Luiza crioula de 16 anos, Francisco crioulo de dez anos, Josefa mulata de dez anos.

Dona Maria Francisca Cavalcante Mello fez uma escritura de débito, obrigação e hipoteca de sua escrava a crioulinha Antônia a Francisco Cazado da Fonseca em 27/02/1860. Era morador do engenho Cavalheiro, até então freguesia do Afogados. É devedor da quantia de 277 mil réis. Como garantia, estava a escrava Antônia, crioula de dois anos. Enquanto a hipoteca estiver válida, fica a proprietária impedida de vender a escrava. Caso ela venha a falecer, fica a garantia com Luiza, filha de Joana de três anos. A credora mora em Tegipió, freguesia do Afogados.

2.4 Venda

Temos logo após, uma situação pertinente em família. Um papel de venda que fez Manuel Correia de Araújo da parte que tinha no escravo Manuel, a Francisco Xavier Pinto de Sousa. O motivo foi porque tendo falecido a filha de Manuel Correia de Araújo, que se chamava Paula Maria da Conceição, esta era casada com Francisco Xavier Pinto de Sousa. O documento segue tratando da partilha dos referidos bens, no qual o marido seguiu com a dívida de um conto e duzentos mil réis, Por isso ele decidiu ou foi forçado pela situação a vender o escravo Manuel de Angola de idade 45 anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: OS ECOS DO PASSADO E O ESQUECIMENTO

O Jaboatão do século XIX é uma região pouco explorada pela historiografia. Quando falamos de escravidão em Pernambuco, poucas pessoas se debruçaram a estudar especificamente a Freguesia de Santo Amaro de Jaboatão. É necessário trazer à luz as pessoas que viveram nesta época, cujas memórias foram apagadas pelo tempo. Não é possível escrever uma história totalizante, ou ainda

⁵ Trecho do documento de escritura de débito, obrigação e hipoteca de José Joaquim Chagas a João Baptista Raimundo dos Santos.

recuperar o passado tal como ele foi. A “história vista de baixo” é a lupa para compreendermos as nuances que as pessoas desfavorecidas passavam.

Negociações e conflitos. Resistências, fugas, compras, vendas, alforrias, “bandas”, culturas. Tudo isso fazia parte do cotidiano de uma região que embora tão próxima do principal núcleo urbano da província, teve um apagamento de memória produzido intencionalmente. A quem interessa apagar o passado de Jaboatão? A igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do centro de Jaboatão foi demolida. A da Muribeca, está em ruínas. Não há um arquivo público para pesquisa histórica nos moldes do APEJE ou Memorial da Justiça⁶.

O que move o mundo são as respostas ou as perguntas? Thompson responde bem aos questionamentos acima trabalhados quando problematiza as disputas sobre memória: “Crenças não escritas, normas sociológicas e usos asseverados na prática, mas jamais registrados por qualquer regulamento. Essa área é a mais difícil de recuperar, precisamente porque só pertence à prática e à tradição oral” (THOMPSON, 1998, p. 88).

Referências:

Arquivos:

Livro do primeiro ofício de notas de Jaboatão (1857-1860). Em posse do Instituto Histórico de Jaboatão (IHJ).

Fotos cedidas pelo senhor Eugênio, arquivo do Instituto Histórico de Jaboatão (IHJ).

Jornais:

O Diário de Pernambuco (1850-1860) disponível digitalmente na Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Bibliográfica:

ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. **Alforrias em Rio de Contas - Bahia século XIX**. 2006. 173 f.

Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/11233/1/Disserta%20a7%20a3o%20Alforrias%20em%20Rio%20de%20Contas-K%20altia%20Lorena%20arquivo%20%20banico.pdf>. Acesso em: 08 set. 2025.

ALVES, Chintamani Santana. **Registros da liberdade: condições e possibilidades para alforria em Feira de Santana (Bahia, 1850-1880)**. 2022. 257 f. Tese (Doutorado) - Curso de História,

⁶ Existe um arquivo do TJPE em Jaboatão no bairro do Jardim Jordão. No entanto, eles tratam apenas de processos correntes ou intermediários. A parte da pesquisa é extremamente restrita. Para se pesquisar algo, é necessário já saber o nome e número do processo e a caixa na qual está guardado. Mas como saber tudo isso se não é aberto aos pesquisadores? Quando questionados sobre isso, informam que a documentação do século XX e XIX foi enviada ao Memorial da Justiça, em Recife. No Memorial da Justiça, praticamente não existem processos de Jaboatão no século XIX. Fica o questionamento: Onde estão os processos de Jaboatão? Ainda existem?

Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022. Disponível em:
<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/36444/1/ALVES%2C%20Chintamani%20Santana.%20Registros%20da%20liberdade.pdf>. Acesso em: 17 out. 2025.

ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira; SOARES, Carlos Eugênio Líbano; GOMES, Flavio dos Santos; FARIAS, Juliana Barreto. **Cidades Negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX**. São Paulo: Alameda, 2006.

BARROS, José D' Assunção. **O jornal como fonte histórica**. Petrópolis: Vozes, 2023.

BRUSANTIN, Beatriz de Miranda. As últimas vontades e os desejos primordiais: as alforrias via testamentos (Pernambuco) 1867-1887.. In: CABRAL, Flavio José Gomes; COSTA, Robson (org.). **História da escravidão em Pernambuco**. Recife: Universitária UFPE, 2012. p. 267-294.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. **Liberdade: Rotinas e Rupturas Do Escravismo No Recife, 1822-1850**. 2. Ed. Recife: Cepe, 2022.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

COSTA, Valéria Gomes. **Ôminira: mulheres e homens libertos da costa d' África no Recife (c. 1846 - c. 1890)**. São Paulo: Alameda, 2021.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, c. 1790-c 1850**. São Paulo: Unesp, 2017.

FRAGA, Walter. **Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

KOURYH, Jussara Rocha. **História de Jaboatão dos Guararapes**. Recife: Bagaço, 2010.

MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio: os significados de liberdade no sudeste escravista (Brasil, século XIX)**. 3. ed. Campinas: Unicamp, 2013.

MELO, Iara Helena Rodrigues de; REZENDE, Antônio Paulo de Moraes (Coord.). Jaboatão: histórias, memórias e imagens. Recife: Companhia Editora de Pernambuco; Jaboatão dos Guararapes: Fundação Yapoatan, 1996. v. 1.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **O Diário de Pernambuco e a história social do Nordeste (1840-1889)**. Vol 2. Recife: Diário de Pernambuco, 1975.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito: A Resistência Negra no Brasil Escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SCHWARCZ, Lília Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2005.

SÔNEGO, Márcio Jesus Ferreira. **Cartas de alforria em Alegrete (1832-1886)**: Informações, revelações e estratégias dos escravos para a liberdade. 2009. 113 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/3987/1/000419804-Texto+Completo-https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/2322/1/419804.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2025.

SOUZA, George F. Cabral de (org.). **Pernambuco em perspectiva histórica**: um olhar coletivo em doze textos. Recife: Cepe, 2023.

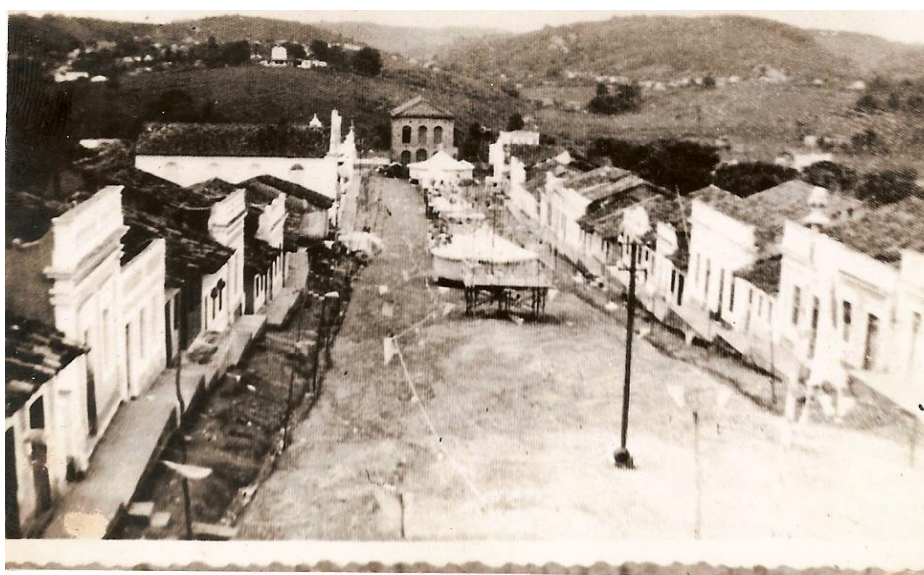
THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**: estudos sobre cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VELOSO, Van-Hoeven Ferreira. **Jaboatão dos meus avós**. 2. Ed. Recife: Biblioteca Pernambucana de História Municipal, 1982.

ANEXOS:

A foto que segue é da igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Jaboaão. A imagem é vista a partir da igreja matriz de Santo Amaro, e a antiga igreja demolida ficava na atual praça Padre Chromácio Leão. A imagem foi cedida pelo Instituto Histórico de Jaboaão. A igreja foi demolida por volta da década de 50 do século XX, aproximadamente 100 anos após os episódios relatados neste artigo.

Figura 1: Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos (Jaboaão). Igreja construída por volta do século XVIII. Nunca foi externamente rebocada. Foto registrada em frente a paróquia de Santo Amaro em meados do século XX.



Fonte: Instituto Histórico de Jaboaão. Documentos diversos.